

REVISTA DE EDUCAÇÃO: Estratégias editoriais e prescrições educacionais no Estado do Espírito Santo (1934-1937)

Rafaelle Flaiman Lauff¹

Resumo: O estudo analisa a *Revista de Educação*, um periódico impresso publicado pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo, entre 1934 e 1937, na cidade de Vitória. Nesse período, o estado estava sob intervenção federal do Capitão João Punaro Bley (1930-1943), que promoveu, como parte de sua política educacional, a formação de professores por meio da publicação de periódicos educacionais, com o objetivo de modernizar o ensino capixaba. Baseado nos pressupostos teóricos de Roger Chartier (1990, 1991, 1994), o impresso foi estudado na perspectiva da arqueologia dos objetos, examinando sua materialidade para elucidar as representações veiculadas, constituidoras de sua leitura, apreensão e compreensão. Para isso, o conceito de estratégia, postulado por Michel de Certeau (2004), foi fundamental para compreender a produção e circulação da *Revista de Educação* no Espírito Santo. A *Revista de Educação* foi um produto cultural que, sob discursos de modernização pedagógica funcionou como uma ferramenta autoritária e centralizadora do governo para moldar práticas docentes, além de controlar e legitimar a reforma educacional no Espírito Santo.

Palavras-chave: Reformas Educacionais. Política Estadual de Educação. Formação Docente.

REVISTA DE EDUCAÇÃO: Editorial strategies and educational prescriptions in the state of Espírito Santo (1934-1937)

Abstract: The study analyzes the *Revista de Educação* (Education Journal), a printed periodical published by the Service of Cooperation and Cultural Extension of the Department of Public Education of Espírito Santo, between 1934 and 1937, in the city of Vitória. During this period, the state was under federal intervention by Captain João Punaro Bley (1930–1943), who, as part of his educational policy, promoted teacher training through the publication of educational periodicals, aiming to modernize education in Espírito Santo. Based on the theoretical assumptions of Roger Chartier (1990, 1991, 1994), the periodical was studied from the perspective of the archaeology of objects, examining its materiality to elucidate the representations conveyed, which shaped its reading, apprehension, and understanding. For this purpose, the concept of strategy, as postulated by Michel de Certeau (2004), was fundamental to understanding the production and circulation of the *Revista de Educação* in Espírito Santo. The *Revista de Educação* was a cultural product that, under the discourse of pedagogical modernization, functioned as an authoritarian and centralizing tool of the government to shape teaching practices, as well as to control and legitimize educational reform in Espírito Santo.

Keywords: Educational Reforms. State Education Policy. Teacher Training.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (NUCAPHE).

REVISTA DE EDUCAÇÃO: Estratégias editoriais y prescripciones educativas en el estado de Espírito Santo (1934-1937)

Resumen: Este estudio analiza la *Revista de Educação*, un periódico impreso publicado por el Servicio de Cooperación y Extensión Cultural del Departamento de Enseñanza Pública de Espírito Santo, entre 1934 y 1937, en la ciudad de Vitória. Durante este período, el Estado estuvo bajo intervención federal del Capitán João Punaro Bley (1930-1943), quien promovió, como una de las acciones de su política educativa, la formación de profesores mediante la publicación de periódicos educativos con el objetivo de modernizar la enseñanza en Espírito Santo. Basándose en los supuestos teóricos de Roger Chartier (1990, 1991, 1994), el impreso fue estudiado desde la perspectiva de la arqueología de los objetos, examinando su materialidad con el fin de esclarecer las representaciones transmitidas, constitutivas de su lectura, aprehensión y comprensión. Para ello, se toma el concepto de estrategia, postulado por Michel de Certeau (2004), como fundamental para comprender la producción y circulación de la *Revista de Educação* en Espírito Santo. La *Revista de Educação* constituyó un producto cultural que, bajo discursos de modernización pedagógica, funcionó como una herramienta autoritaria y centralizadora del gobierno para moldear las prácticas docentes, así como para controlar y legitimar la reforma educativa en el estado de Espírito Santo.

Palabras clave: Reformas Educativas. Política Estatal de Educación. Formación Docente.

Introdução: A Revista de Educação e a Política Cultural no Espírito Santo

Este estudo analisa a *Revista de Educação*, impresso pedagógico produzido e posto em circulação no Espírito Santo entre 1934 e 1937, período marcado pelas transformações políticas e sociais decorrentes da Revolução de 1930 e pela consolidação do Estado Novo.² Publicada pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural (SCEC), vinculado ao Departamento de Ensino Público do Espírito Santo, a revista tinha como objetivo divulgar teorias educacionais e métodos de ensino considerados modernos aos professores locais.

Segundo a *Mensagem do Governo do Estado do Espírito Santo* de 1937, grande parte dos volumes foi produzido nas oficinas da Imprensa Oficial, enquanto outros foram elaborados pela oficina *Vida Capichaba*, responsável por um periódico homônimo desde 1916. Na época, a Imprensa Oficial possuía duas seções: uma dedicada ao jornal *Diário da Manhã*, distribuído

² O estudo sobre a *Revista de Educação* teve início com a produção da monografia intitulada *Educação Física, Educação Sanitária e Escotismo na Revista de Educação (1934-1937)*, concluída em 2005, no curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. Nesse mesmo ano, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP, onde participei de um projeto de pesquisa voltado à constituição da “forma escolar” no Brasil, com ênfase nas estratégias editoriais de difusão dos saberes pedagógicos. Foi nesse contexto que desenvolvi o trabalho que resultou na dissertação *Útil e Agradável: a Revista de Educação (1934-1937): remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional de João Punaro Bley no Espírito Santo*, defendida em 2007, sob orientação da professora Maria Rita de Almeida Toledo, a quem registro minha profunda gratidão pelos valiosos ensinamentos.

juntamente com o *Diário Oficial*; e outra voltada à produção de materiais para as repartições públicas estaduais (Espírito Santo, 1937).

Sob a gestão de João Punaro Bley, a política editorial buscava criar uma rede de impressos para reorganizar a cultura capixaba. A *Revista de Educação* fazia parte dessa estratégia, legitimando as reformas educacionais e culturais do governo, destacando Punaro Bley como líder do progresso e relegando a equipe de governo a um papel secundário.

A política educacional de Bley foi veiculada na revista com forte viés modernizador. Novaes (2013), ao analisar matérias sobre grupos escolares na revista *Vida Capichaba* entre 1930 e 1943, identificou o mesmo tom propagandístico, com fotografias frequentemente associadas ao nome do interventor, reforçando a vinculação entre sua imagem e as ações educacionais.

De acordo com Carvalho e Toledo (2000),³ os intelectuais republicanos buscavam transformar a sociedade por meio da reforma educacional, promovendo iniciativas que facilitassem a criação e disseminação de publicações pedagógicas. Esses impressos tornaram-se fontes relevantes para a História da Educação, especialmente no contexto da História Cultural.

O campo da pesquisa em História da Educação tem se orientado por uma tendência que privilegia a análise de impressos pedagógicos como forma de compreender as lutas de representações (Chartier, 1990, 1991), bem como as estratégias que constituem as práticas escolares (Certeau, 2004). Essa abordagem decorre da reconfiguração do campo, que, segundo Carvalho (1998), busca integrar estudos voltados à materialidade das práticas, dos objetos e de seus usos, ampliando as possibilidades de interpretação das fontes.

No âmbito da História Cultural, os estudos sobre imprensa periódica especializada contribuem para a compreensão das disputas políticas, sociais e culturais. Conforme Carvalho (1998), o impresso é analisado em duas dimensões: como instrumento de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares.

Dessa forma mobilizaram-se os conceitos de *materialidade*, *representação* (Chartier 1990, 1991) e *estratégia* (Certeau, 2004). Materialidade, conforme Chartier (1991), é a forma

³ Carvalho e Toledo (2000) analisaram estratégias de intervenção remodeladoras das práticas escolares nas reformas de Fernando de Azevedo (Rio de Janeiro – 1927), Lourenço Filho (São Paulo – 1930) e Anísio Teixeira (Rio de Janeiro – 1931), por meio das revistas pedagógicas Boletim de Educação Pública e Escola Nova.

como se organiza um texto para orientar sua leitura, apreensão e compreensão, a fim de produzir sentidos e significações almejados pelos editores. Analisar por essa perspectiva possibilita elencar as intenções dos produtores do impresso e as representações inscritas nos textos.

Para Chartier (1991), indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações, e das contradições entre elas surgem práticas e estruturas. Assim, as representações “[...] são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...]”, portanto é necessário relacionar os “[...] discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (Chartier, 1990, p. 17).

Em conjunto com essas premissas, utilizou-se o conceito de estratégia conforme o entendimento de Certeau (2004), o qual refere-se à manipulação das relações de força, possibilitado pelo isolamento de um sujeito de querer ou de poder, que: “[...] postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...]” (Certeau, 2004, p. 99). Desse modo, buscou-se compreender as estratégias empregadas pelos responsáveis que possibilitaram a circulação da *Revista de Educação* entre os anos de 1934 e 1937.

A análise da *Revista de Educação* abrange suas condições de produção e circulação, bem como os dispositivos editoriais — como periodicidade, capas, sumários, propagandas, ilustrações, fotografias e temas — que buscavam orientar a leitura, impor sentidos e consolidar a publicação como ferramenta da política cultural do governo. Também se evidencia a hierarquia entre seus produtores e os esforços de modelização das práticas docentes, por meio da divulgação de métodos considerados modernos e modelos de planos de aula.

Destaca-se, nesse contexto, a edição especial *Anais do 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar*, evento realizado em 1935 na cidade de Alegre (ES). Essa publicação reuniu diversos modelos de planos de aula e reforçou o caráter prescritivo da formação docente promovida pelo governo. Durante o congresso, as autoridades educacionais convocaram os professores de forma autoritária, com o objetivo de capacitá-los e engajá-los na disseminação das novas metodologias de ensino (Lauff; Simões, 2019).

Barzotto (1998) ressalta que a imprensa periódica especializada oferece uma aproximação mais rápida e efêmera entre os leitores e os produtores, justamente por ser contemporânea ao tempo vivido por seu público. Assim, a análise da *Revista de Educação*

permite observar os aspectos em evidência no Espírito Santo durante sua circulação.

Com o objetivo de aprofundar a investigação, foram estabelecidas as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- Quem foram os principais responsáveis pela produção da revista?
- Quais estratégias de circulação foram adotadas?
- Qual foi a relevância atribuída à revista na política cultural do governo?
- Que representações sobre cultura, educação e escola orientaram sua organização, produção e difusão?

Além da *Revista de Educação*, foram examinadas publicações da imprensa local da época, como o jornal *Diário da Manhã*, bem como legislação estadual, mensagens e relatórios governamentais, a fim de compreender as articulações entre cultura, educação e poder no período analisado.

Transformações Políticas e Educacionais no Espírito Santo entre a República Velha e o Estado Novo

Antes da Revolução de 1930, o Espírito Santo era politicamente controlado por elites agrofundiárias do sul e mercantis-exportadoras da região central, lideradas pelos irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro. Unidos no Partido Republicano Espírito-Santense desde 1908, esses grupos dominaram a política local no início da República. Contudo, como aponta Silva (1995), esse domínio não impediu disputas pelo poder estadual, marcadas por conflitos e alianças ocasionais entre as forças em disputa.

Nesse cenário de mandonismo exercido por famílias influentes, os interesses políticos voltaram-se para o campo educacional, com o objetivo de difundir ideais republicanos entre a população. A educação capixaba, entretanto, enfrentava inúmeros desafios: escolas pouco desenvolvidas e em condições precárias, baixa frequência escolar, elevada evasão, críticas às práticas pedagógicas, escassez de professores e deficiências na formação docente. Muitas escolas funcionavam em casas alugadas ou na residência dos próprios professores. Segundo Derenzi (1995), em 1908, não havia magistério nem orientação pedagógica capaz de elevar o rendimento cultural dos docentes.

No início do século XX, a elite capixaba era composta por intelectuais oriundos das famílias produtoras de café, influenciados pela literatura e pelo positivismo. Conforme Novaes (2001), muitos desses indivíduos compartilhavam ideais liberais, e, por isso, as políticas educacionais da época foram pautadas por valores como civismo, disciplina, moral, eugenia e patriotismo.

Durante sua gestão (1908–1912), Jerônimo Monteiro promoveu uma reforma educacional inovadora, alinhada aos ideais republicanos. Com o apoio de Carlos Gomes Cardim, investiu na construção de escolas e na utilização de fotografias para divulgar ações governamentais, inaugurando o uso da imagem como instrumento de propaganda política para legitimar ações governamentais no campo educacional (Novaes, 2001).

No governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928–1930), o secretário da Instrução Pública, Atílio Vivácqua, contratou Deodato de Moraes para introduzir a metodologia da escola ativa entre os professores capixabas. Embora o projeto tenha sido interrompido com a chegada da Revolução de 1930, suas raízes foram fincadas entre o professorado (Berto, 2013).

Segundo Silva (1995), o governo de Aristeu Borges Aguiar subestimou a crise econômica de 1929, tratando-a como um evento passageiro, mesmo diante da queda significativa nas receitas do comércio de café. A arrecadação tributária em 1929 não atingiu metade do valor previsto, e, em vez de reduzir os gastos, o governo recorreu a empréstimos bancários, agravando a situação financeira do estado.

Com a crise econômica, o Espírito Santo saiu endividado da gestão de Aristeu Borges Aguiar. Ao assumir como interventor federal, João Punaro Bley encontrou um cenário de escassez orçamentária e promoveu cortes significativos nos recursos destinados à educação, comprometendo a continuidade de políticas educacionais anteriores. Diante da ineficácia das reformas anteriores em reduzir os índices de reprovação escolar, a nova política educacional passou a priorizar a eficiência do ensino. Os investimentos concentraram-se na formação docente, com foco na adoção de abordagens pedagógicas consideradas modernas, atribuindo aos professores a responsabilidade pela melhoria dos resultados educacionais.

Punaro Bley, figura destacada na luta revolucionária no Espírito Santo,⁴ foi indicado

⁴ João Punaro Bley serviu na guarnição de Curitiba por sete anos, fez parte do Comitê Revolucionário, liderado pelo Major Plínio Tourinho, e cursava o 2º ano do Estado-Maior do Exército no Andaraí (RJ) quando foi recrutado

pela Associação Comercial de Vitória e aceito por Getúlio Vargas para governar o estado, evidenciando a influência do grupo ligado ao comércio exportador de café (Achiamé, 2005).

Apesar de o estado ter sido governado por um oficial militar afastado das elites tradicionais capixabas, a influência dos grupos comerciais locais permaneceu significativa nas políticas públicas. Segundo Achiamé (2005), entre 1930 e 1937, a administração adotou uma estratégia conciliadora para atender às demandas da elite, diante das pressões das camadas médias e populares. A interventoria mediou entre o poder central e local, implementando políticas de saneamento financeiro, educação, saúde, modernização do porto de Vitória e criação de um banco estadual. Conforme o autor, essas ações refletiam um reformismo autoritário e modernizador, que favorecia principalmente as classes dominantes e, secundariamente, os setores médios, combinando continuidade e ruptura em relação ao passado.

No cenário político nacional, o movimento tenentista — de base reformadora e influenciado pelo positivismo — consolidou uma perspectiva militarista que atribuía às Forças Armadas um papel central na condução do Estado. Após a Revolução de 1930, essa visão evoluiu para a concepção de “intervenção moderadora”, liderada por Góes Monteiro, que legitimava a ação militar como instrumento de fortalecimento do governo e imposição da disciplina nacional. Contrário ao liberalismo, ao sufrágio universal e aos partidos políticos, esse projeto previa a criação de um partido único, de caráter social-nacionalista, subordinado ao Exército e à Marinha. A educação passou a ser concebida como ferramenta estratégica para formar uma mentalidade nacionalista e disciplinada, com forte presença militar na educação física e moral das escolas. O sistema educacional e a imprensa foram utilizados como instrumentos de controle social, disciplinamento das novas gerações e contenção das tensões decorrentes das desigualdades sociais (Horta, 1994).

Embora Punaro Bley fosse um oficial militar, sua trajetória não estava diretamente vinculada ao núcleo do movimento tenentista. Ainda assim, sua gestão no Espírito Santo incorporou elementos do reformismo autoritário que caracterizava o período. A reforma educacional promovida por seu governo teve como foco o controle do sistema educacional por

para atuar em Estados-Maiores de destacamentos, com a finalidade de combater a Revolução de 1930. Durante a travessia de seu destacamento em direção ao Espírito Santo, comunicou ao seu comandante sua intenção de incorporar-se à causa revolucionária por meio da deserção (Silva, 1995).

meio da imprensa e a valorização da educação moral e cívica. Em relatório enviado a Getúlio Vargas em 1931, Bley enfatizou que não bastava criar escolas e equipá-las; era necessário selecionar rigorosamente o corpo docente, fiscalizar os métodos de ensino e incentivar o cumprimento dos deveres. Além do ensino primário, defendeu a implementação do ensino técnico, profissional e agrícola, bem como o escotismo, considerado uma verdadeira escola de civismo (Espírito Santo, 1931).

Nesse contexto de endividamento econômico e graves problemas educacionais, o governo capixaba adotou uma política de difusão de impressos por meio da Imprensa Oficial e do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural, como forma de apoiar suas medidas reformistas. Foi nesse cenário que surgiu a *Revista de Educação*, concebida como um meio de formação continuada de professores, com baixo custo, amplo alcance e forte potencial de legitimação política. Embora a produção de impressos pedagógicos fosse comum na época, é fundamental compreender os embates políticos locais para entender o papel atribuído à revista pelos dirigentes capixabas. Nas suas páginas, estão presentes representações produzidas e impostas pela elite política, que não apenas buscava consolidar sua posição, mas também perpetuar sua influência.

Responsáveis pela Produção da *Revista de Educação* no Espírito Santo

A criação, disseminação e distribuição da *Revista de Educação* ficaram a cargo do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural (SCEC), setor do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo.⁵ Inicialmente, esse departamento fazia parte da Secretaria do Interior e Justiça, sendo posteriormente transferido para a Secretaria de Educação e Saúde Pública. Por se tratar de uma publicação de uma entidade governamental, a estrutura hierárquica do governo refletia-se na organização dos responsáveis pela produção do periódico, conforme o Quadro 1 abaixo:

⁵ Outros setores do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo compreendiam: Diretoria do Expediente e Estatística, Inspeção do Ensino Primário, Inspeção do Ensino Secundário, Profissional e Técnico, Inspeção de Educação Física, Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar e Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema.

Quadro 1: Produtores da Revista de Educação

Secretaria de Interior e Justiça/Educação e Saúde Pública	Revista de Educação
Secretário	Diretor
Diretor do Departamento de Educação	Redator Chefe
Chefe do SCEC	Redator Secretário
Diretores de Grupos Escolares	Representantes da Revista de Educação
Profissionais da Educação	Redatores

Fonte: Lauff, 2007, p. 73.

O diretor da *Revista de Educação* era a pessoa que exercia a função de Secretário do Interior e Justiça (posteriormente, o cargo passou a denominar-se Secretário de Educação e Saúde Pública). Como houve muitas mudanças nessa função durante o período de publicação da revista, seis secretários a dirigiram ao longo de sua existência: Fernando Duarte Rabelo, Capitão Wolmar Carneiro da Cunha, Manoel Clodoaldo Linhares, Doutor Carlos Gomes de Sá, Paulino Muller e Arnulpho Mattos.

Entretanto, Claudionor Ribeiro, Inspetor Técnico da Educação e chefe do SCEC, desempenhou de forma constante a função de redator-secretário da *Revista de Educação*, em todas as edições disponíveis para esta pesquisa. Os artigos de abertura eram de sua autoria e tinham como objetivo preparar os leitores para os temas abordados na revista.

Os artigos da *Revista de Educação* foram assinados por redatores correspondentes do Brasil e do exterior, além de professores do Espírito Santo, sendo todos os docentes do estado considerados colaboradores. Entre os primeiros redatores estavam membros do corpo técnico de ensino, integrantes do Conselho de Educação e o diretor do Departamento de Ensino,⁶ evidenciando que a capacitação dos educadores capixabas por meio da revista era responsabilidade dos titulares da secretaria educacional.

O SCEC também foi responsável por outra forma de difusão de leituras entre os

⁶ Placidino Passos, Sylvio Barreto Rocio, Luiz Edmundo Malizeck, Ulisses Ramallete Maia, Esmerino Gonçalves, Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro, Alfredo Lemos – membros do corpo técnico de ensino; Dr. José Meira Quadros, Julia Lacourt Penna, Eduardo de Andrade e Silva, José Elias de Queiroz, Jocarly Chagas – integrantes do Conselho de Educação; João Bastos, que ocupava o cargo de diretor do Expediente do Departamento de Ensino.

professores: as Bibliotecas Circulantes e a Biblioteca Irradiante. As Bibliotecas Circulantes reuniam publicações especializadas em educação, destinadas a educadores e demais interessados. Esses acervos circulavam entre as escolas, levando orientações e folhas de leitura para que os professores registrassem o uso e suas opiniões sobre os materiais. Já a Biblioteca Irradiante, sediada permanentemente no Departamento de Educação, oferecia livros adquiridos com recursos da *Revista de Educação*, com leituras indicadas sobre temas como Escola Nova, pedagogia, sociologia, psicologia, ética e orientações para mães. Muitos desses títulos faziam parte da *Biblioteca de Educação* organizada por Lourenço Filho, referência nacional do movimento escolanovista.

Segundo Toledo (2001), a criação de coleções editoriais envolve a escolha criteriosa de títulos e autores, com o objetivo de garantir qualidade ao leitor. No Espírito Santo, os reformadores confiavam na *Biblioteca de Educação* de Lourenço Filho como instrumento para formar educadores alinhados aos seus ideais. A *Revista de Educação* complementava esse processo ao divulgar temas inovadores e incentivar os professores a aprimorarem sua formação por meio da leitura dessas obras.

A produção da *Revista de Educação* refletia a estrutura hierárquica do governo, envolvendo desde altos cargos da Secretaria até professores da rede pública, o que reforça seu caráter institucional. Nesse contexto, as representações construídas nos textos da revista devem ser compreendidas à luz do que afirma Chartier (1990, p. 17), ao destacar que “[...] são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...]”, sendo necessário relacionar os “[...] discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Assim, é possível observar, nos conteúdos publicados, a marca da hierarquia dos agentes produtores, evidenciando a intencionalidade política e pedagógica presente nas mensagens veiculadas.

Sob a liderança constante de Claudionor Ribeiro e apoiada por outras iniciativas como as Bibliotecas Circulantes e Irradiante, a *Revista de Educação* cumpriu um papel formativo e político, difundindo valores da Escola Nova e de outros movimentos renovadores. Ao reunir conteúdos selecionados e voltados à atualização pedagógica, esse impresso revela o esforço do Estado em moldar um corpo docente alinhado aos seus projetos modernizadores.

Periodicidade, desafios e controle na *Revista de Educação*

A frequência de uma publicação promove o hábito de leitura e contribui para a formação de um grupo de leitores. Trata-se de uma estratégia eficaz para alcançar o público, que se informa conforme os conteúdos oferecidos pela revista. Atender essa comunidade e expandir o número de seus integrantes — ou seja, alcançar e fidelizar os leitores — é responsabilidade dos editores, que devem preservar a proposta periódica da publicação. Essa responsabilidade, no entanto, é influenciada por fatores financeiros, técnicos e políticos, e o seu descumprimento pode indicar a escassez de algum desses recursos.

Divulgada como uma revista com lançamentos mensais, a *Revista de Educação* não conseguiu manter essa periodicidade ao longo de sua existência. Nos dois primeiros anos, a regularidade foi mais constante, embora já ao final do primeiro ano tenham começado a surgir edições unificadas.⁷ No terceiro ano de publicação, foram lançadas sete edições, incluindo duas combinadas; no quarto ano, saíram apenas três, sendo uma delas também unificada. O Quadro 2 apresenta os números da *Revista de Educação* nos meses em que foram publicados, em cada ano, permitindo visualizar sua periodicidade:⁸

Quadro 2: Periodicidade da *Revista de Educação*

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1934				1	2	3			6	7-8		9
1935	10-11		12	13	14	15-16		17-18-19				
1936			22				23-24		25-26-27-28			
1937					29	30-31						

Fonte: Lauff, 2007, p. 59.

⁷ Para atender à promessa de lançar edições mensais, em algumas ocasiões a *Revista de Educação* foi publicada em números combinados, ou seja, uma única revista correspondia a dois ou mais números. Esse fato aconteceu com as edições 7-8 (outubro e novembro de 1934), 10-11 (janeiro e fevereiro de 1935), 15-16 (junho e julho de 1935), 17-18-19 (agosto, setembro e outubro de 1935), 23-24 (julho e agosto de 1936), 25-26-27-28 (setembro, outubro, novembro e dezembro de 1936) e 30-31 (junho e julho de 1937).

⁸ A edições da *Revista de Educação* que foram localizadas para essa pesquisa são: 1, 2, 3, 6, 7-8, 9 (1934); 10-11, 12, 13, 14, 15-16, 17-18-19 (1935); 22, 23-24, 25-26-27-28 (1936); 29, 30-31 (1937). Na sequência, estão ausentes os números 4, 5, 20, 21, 32, 33 e 34 que possuem indícios de terem sido produzidos, mas não foram encontrados.

Embora os responsáveis pela *Revista de Educação* tenham atribuído as inconsistências nas publicações a problemas na Imprensa Oficial, é possível que outros fatores também tenham influenciado sua regularidade, como a crise econômica enfrentada pelo governo e as frequentes mudanças nos secretários responsáveis pela educação. Outro elemento relevante pode ter sido a reorganização da secretaria, iniciada com a fundação, em 1935, do Ministério da Educação e Saúde Pública, que transformou as secretarias estaduais em Secretarias de Educação e Saúde Pública.

No primeiro ano de circulação, a *Revista de Educação* foi lançada com os seguintes preços: 15\$000 para a assinatura anual, 8\$000 para a semestral e 1\$500 para a compra avulsa. No ano seguinte, os valores foram reduzidos para 12\$000 (anual), 7\$000 (semestral) e 1\$000 (avulsa). Os preços iniciais foram restabelecidos na edição nº 13, publicada em abril daquele ano, sob a nova direção do Dr. Manoel Clodoaldo Linhares. Contudo, esses valores mais altos não se mantiveram por muito tempo; a partir das edições nº 15-16, os preços reduzidos retornaram e permaneceram até a edição nº 30-31.

Essa oscilação nos valores pode indicar a urgência em conquistar mais leitores e aumentar o número de assinantes da publicação, pois, em um contexto de crise econômica, o empreendimento dificilmente se sustentaria sem um público que o apoiasse financeiramente.

Houve críticas no jornal *Diário da Manhã* quanto à falta de incentivo por parte dos professores à *Revista de Educação*. Nota-se, nesse discurso, uma tentativa de responsabilizar os docentes pelo fracasso da política pública representada pela revista.

Os assuntos nella ventilados são tão variados que interessam a todos. No entanto, consta-me haver certo retratamento da parte de alguns professores que não têm procurado incentivar com o seu apoio a instabilidade de tão valiosa publicação.

Uma revista deste genero precisa ser amparada, principalmente pela classe que ella directamente beneficia, que é o magisterio.

Do contrario, teremos que lamentar o seu desaparecimento, annullando-se, assim, a bella tentativa de proporcionar ao nosso intelligente professorado o melhor meio de registrar suas observações colhidas no trato diario com os pequeninos seres que enchem nossas escolas. (Bandeira, 1935, p. 2.)

Na edição número 6, o Capitão Wolmar Carneiro da Cunha solicita, por determinação superior, a colaboração dos docentes do Espírito Santo para a *Revista de Educação*. Segundo ele, embora a revista estivesse sendo enviada, a pedido, para São Paulo, Minas Gerais, Rio de

Janeiro e Rio Grande do Sul, era negligenciada em seu próprio estado de origem. Delineia-se, nesse contexto, uma forma autoritária de incentivo à leitura do impresso.

Chama atenção o fato de que a proposta para formação de professores era promovida por um veículo pago, mesmo para docentes que enfrentavam baixos salários e, em alguns casos, precisavam arcar com o aluguel dos imóveis utilizados como escolas. Esse fator pode ter dificultado a estratégia dos gestores educacionais de reformar a escola por meio da difusão de leituras.

A análise da trajetória da *Revista de Educação* fornece indícios que o projeto de formação docente do governo capixaba nos anos 1930 foi marcado por práticas autoritárias e estratégias de controle. Embora as falhas na circulação tenham sido atribuídas a problemas técnicos, fatores como a crise econômica e a falta de adesão dos professores comprometeram sua efetividade. À luz do conceito de estratégia de Certeau (2004), a revista operava como mecanismo estatal de influência e controle, sustentado por sua base institucional — a Secretaria de Educação e Saúde Pública — buscando orientar a formação dos professores conforme os interesses políticos e pedagógicos da administração pública. Assim, sob o pretexto de formar, o Estado utilizava a revista como mecanismo de disciplinamento, reforçando a centralização e a padronização das práticas educacionais.

Capas da *Revista de Educação*: Construção de Significados e Identidade Visual

A capa permite ao leitor formar uma ideia sobre o conteúdo da revista antes mesmo da leitura, funcionando também como uma espécie de "assinatura" visual que confere identidade ao periódico. Os editores utilizavam imagens e ilustrações como estratégia para construir significados, refletindo tanto os temas abordados quanto os valores dos responsáveis pela publicação.

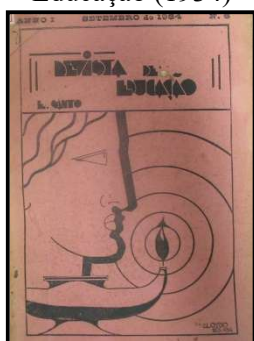
As capas da *Revista de Educação* eram ilustradas com desenhos de artistas locais — profissionais ou amadores — e algumas imagens se repetiam em edições diferentes. Há duas referências explícitas a esses desenhistas: uma ao alto funcionário da Alfândega de Vitória, Quintino Barbosa, e outra ao “artista do lápis” Oséias Duarte Leão (Notas & Informações, 1935).

Os desenhos buscavam representar elementos como o Espírito Santo, a escola, a

educação e a ciência. Algumas capas também traziam dados estatísticos sobre o número de escolas, matrículas e frequência escolar. A paleta de cores variava: algumas edições traziam ilustrações em até duas cores, enquanto outras eram mais coloridas.

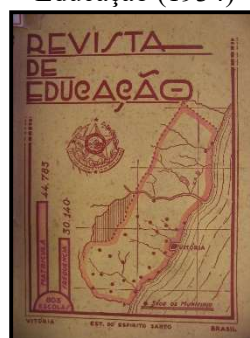
A seguir, apresentam-se exemplos dessas capas nas Imagens 1, 2, 3, 4, 5 e 6:

Imagem 1: Capa da edição 6 da Revista de Educação (1934)



Fonte: Revista de Educação, 1934a.

Imagem 2: Capa da edição 7-8 da Revista de Educação (1934)



Fonte: Revista de Educação, 1934b.

Imagem 3: Capa da edição 9 da Revista de Educação (1934)



Fonte: Revista de Educação, 1934c.

Imagem 4: Capa da edição 12 da Revista de Educação (1935)



Fonte: Revista de Educação, 1935a

Imagem 5: Capa da edição 14 da Revista de Educação (1935)



Fonte: Revista de Educação, 1935b

Imagem 6: Capa da edição 15-16 da Revista de Educação (1935)



Fonte: Revista de Educação, 1935c

Na divulgação da *Revista de Educação* pelo jornal *Diário da Manhã*, foi mencionado o tipo de papel utilizado na confecção da capa: “Tudo isso o leitor observa na revista que ora se acha à venda na Agência Copollto [sic]. A capa, em cartolina, apresenta um quadro nítido da alfabetização no Espírito Santo.” (*Revista de Educação*, 1934d, p. 2).

A *Revista de Educação* foi produzida com material considerado de boa qualidade:⁹

Na visita que fez ao *Diário da Bahia*, a representação do Espírito Santo nos ofereceu alguns numeros da “Revista de Educação”, editada em Victoria pelo Departamento de Ensino Publico, num optimo trabalho material e excelente texto, bem como varios prospectos de propaganda deo [sic] ensino naquele Estado, que muito bem mostra de como é o assumpto tratado ali. (O primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Regional, 1934, p. 1)

A edição especial que serviu como *Anais do 1º Congresso de Aperfeiçoamento Pedagógico da 3ª Região Escolar*, publicada no final de 1935, introduziu a capa que se tornaria padrão até os últimos números da *Revista de Educação*, em 1936 e 1937. Criada por Oséias Duarte Leão, a ilustração mostrava uma garota escrevendo no quadro-negro a frase: “Só pela educação se pode avaliar a pujança de um povo”. Apesar de a maioria dos alunos ser do sexo masculino, a escolha de uma figura feminina — provavelmente para engajar as professoras, maioria no magistério — tornou-se recorrente nas capas seguintes, mantendo o estilo monocromático.

⁹ A princípio, na época de produção da dissertação, consideramos que o material da revista não era de boa qualidade, porém, na continuidade dos estudos da *Revista de Educação* nos anos posteriores, encontramos indícios que nos levam à conclusão contrária.

Imagem 7: Capa da edição 17-18-19 da Revista de Educação (1935)



Fonte: Revista de Educação, 1935e.

A *Revista de Educação* adotou um padrão único de capa durante o período de declínio de sua circulação, o que pode ter contribuído para a redução de custos, a simplificação da produção e a uniformização de sua identidade visual. Dessa forma, a revista se firmou como uma publicação pedagógica emblemática do Espírito Santo, destacando símbolos locais e promovendo a cientificidade na educação. Essa abordagem reforçava a ideia da educação como caminho para o progresso, em sintonia com os princípios republicanos da época. Os agentes produtores da revista, ao divulgar suas representações sobre educação, escola e ciência, buscavam moldar as práticas docentes e consolidar a política cultural do governo. Assim, a revista funcionava como uma ferramenta estratégica para a disseminação de valores e ideais que visavam reorganizar a dinâmica cultural capixaba, reforçando a imagem do progresso educacional e a cientificidade na educação.

Anúncio dos conteúdos: sumário

Todos os exemplares acessíveis para esta pesquisa apresentavam um sumário na parte posterior da capa, listando os artigos e seções que compunham cada edição. Por estar impresso no verso da capa, o sumário seguia o mesmo tipo de papel e impressão, com letras em uma única cor — preta, azul ou verde — conforme a tonalidade da capa. Após o título do artigo, geralmente destacado, vinha o nome do autor e sua profissão. Essa escolha editorial revela a preocupação em evidenciar os conteúdos publicados e atrair o leitor por meio dos títulos.

Uma das estratégias utilizadas pelos editores para promover a *Revista de Educação* foi a divulgação dos sumários no jornal *Diário da Manhã*. Informar previamente os leitores sobre

os temas abordados na revista demonstra uma tentativa de despertar maior interesse pela leitura.

Nos sumários das edições nº 14 e nº 15-16, os títulos dos artigos aparecem em itálico e em letras minúsculas, enquanto os nomes dos autores estão em letras maiúsculas. Esses volumes foram publicados após as eleições de abril de 1935. É relevante destacar que a edição nº 14 foi a primeira a apresentar um texto do Capitão João Punaro Bley, no qual ele próprio exalta suas contribuições para a reforma educacional. Essa edição também celebrava o quarto centenário da colonização do Espírito Santo.

Além de apresentar o nome do autor, os sumários destacavam sua profissão, evidenciando sua posição social — como docente, dirigente escolar, inspetor educacional ou chefe de Estado. Essa identificação conferia legitimidade ao discurso, valorizava o autor e agregava prestígio à revista. Conforme Chartier (1994: p. 58), um autor pode ser “[...] visto como aquele cuja posição social dá autoridade ao discurso do conhecimento [...]”.

A apresentação dos sumários, com destaque para os títulos, nomes e profissões dos autores, revela uma estratégia editorial voltada à valorização dos colaboradores e à legitimação do conteúdo. A uniformidade gráfica, a escolha da contracapa como espaço de destaque e a divulgação em jornais como o *Diário da Manhã* indicam um esforço para atrair leitores e consolidar a revista como instrumento de formação e reconhecimento. Ao identificar os autores não apenas pelo nome, mas também por sua inserção social, a *Revista de Educação* reforçava a autoridade dos discursos publicados, operando como espaço de distinção e controle, alinhado ao projeto educacional do Estado.

Elementos gráficos: propagandas, ilustrações e fotos

A veiculação de anúncios surgiu no terceiro número da *Revista de Educação*. De acordo com os editores, as campanhas divulgadas visavam angariar fundos para a Biblioteca Irradiante (Tabella de annuncios, 1935). Percebe-se um esforço em oferecer leituras pedagógicas ao magistério capixaba em meio a uma crise econômica. A revista, além de promover as teorias pedagógicas consideradas mais contemporâneas, também atuava como um canal de arrecadação de recursos para a aquisição de livros para os docentes.

Não houve uma regularidade na quantidade de propagandas comerciais publicadas na revista. Havia poucos anúncios divulgados, com a edição nº 7-8 sendo a que mais publicou

propagandas comerciais, totalizando sete no total. Após essa edição, a *Revista de Educação* nº 13 veiculou quatro anúncios, enquanto a edição nº 30-31, a última identificada para a pesquisa, apresentou sete anúncios.

Em síntese, os anúncios variavam entre comerciantes locais que disponibilizavam produtos e serviços de interesse dos docentes, mas também havia anúncios de empresas de outros locais, como a Cia. Melhoramentos de São Paulo, Companhia Editora Nacional e Companhia Central Brasileira de Força Elétrica. Um aspecto relevante a destacar é que corporações especializadas na exportação de café anunciavam na revista, como Vivacqua Irmãos S/A e Armando Pinto & Cia. Outra observação relevante é a promoção do livro de geografia escolar escrito pelo próprio editor da *Revista de Educação*, Claudionor Ribeiro, que foi lançado pela Cia. Melhoramentos, evidenciando o interesse deste professor pela escrita na área educacional.

Desenhos e fotografias começaram a aparecer a partir da segunda edição da revista e seguiram presentes nas demais edições. A diferença estava na quantidade de imagens em cada edição. A única exceção é a edição 29, que não trouxe fotografias.

Na terceira edição, antes do artigo de abertura, na primeira página ao abrir a revista, há uma imagem do Capitão João Punaro Bley, ocupando toda a página. A legenda diz: “Capitão João Punaro Bley, Interventor Federal neste Estado, cuja órbita administrativa tem sido, na sua quase totalidade, consagrada à nobilitante causa da Educação” (*Revista de Educação*, 1934e, s.p.). Esse mecanismo parece estabelecer Bley como o protagonista da reforma educacional no Espírito Santo. Outros funcionários governamentais surgem em segundo plano.

Na página subsequente ao artigo inaugural, as imagens de Wolmar Carneiro da Cunha e Carlos Marciano de Medeiros, ambos militares, dividem o espaço. O primeiro estava no posto de Secretário do Interior e Justiça “[...] extremado batalhador das causas vitais da educação [...]” e o segundo dirigia “[...] incansável e zeloso [...]” a Inspetoria de Educação Física e a Associação Espírito Santense de Escoteiros (*Revista de Educação*, 1934f, p. 3). Mesmo que a revista buscasse evidenciar o engajamento da equipe governamental no movimento de renovação pedagógica no estado capixaba, Bley aparece como líder nesse propósito.

A inserção de anúncios na *Revista de Educação* revela um esforço por parte dos editores em viabilizar economicamente o projeto de formação docente, especialmente diante da crise

financeira enfrentada pelo Estado. Ao mesmo tempo em que promovia teorias pedagógicas consideradas modernas, a revista também se configurava como canal de arrecadação de recursos para iniciativas como a Biblioteca Irradiante, evidenciando a tentativa de ampliar o acesso dos professores à leitura especializada.

Além da dimensão econômica, os recursos visuais e gráficos, como o uso de fotografias e ilustrações, cumpriram um papel estratégico na construção de uma narrativa política. A presença destacada de figuras como o Capitão João Punaro Bley e outros membros do governo — principalmente militares — nos primeiros números da revista, não apenas legitimava as reformas educacionais em curso, mas também reforçava a centralidade da autoridade política na condução da cultura escolar. Mesmo que houvesse o esforço de mostrar uma equipe comprometida com a modernização do ensino, a imagem de Bley era constantemente colocada em primeiro plano, apresentando-o como o protagonista da reforma educacional.

Considera-se que esses aspectos definiram a estrutura da *Revista de Educação* e contribuíram para a construção de representações (Chartier, 1991) ligadas à reforma da cultura, da educação e da escola, que visavam legitimar o papel do periódico como parte integral da política cultural promovida durante o Governo Bley. Dessa forma, a revista não apenas cumpria funções pedagógicas e formativas, mas também operava como instrumento de poder, projetando, por meio de sua materialidade e conteúdo, um ideal de modernização alinhado aos interesses do grupo que liderava a gestão capixaba naquele momento.

Temas abordados na *Revista de Educação*: artigos

Os textos introdutórios, redigidos por Claudionor Ribeiro, costumam elogiar as ações políticas do Governo Bley. Os demais artigos divulgados na *Revista de Educação* foram escritos por docentes, gestores escolares e inspetores de ensino que trabalhavam na educação do Espírito Santo. De acordo com Ribeiro (1934a, p. 1), "É a revista do professor, pelo professor e para o professor."

Além desses artigos, o periódico incluiu algumas seções temáticas. Iniciou apenas com a seção Cooperação e Extensão Cultural, apresentando pequenos artigos e notas de jornais do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A partir do número 2, introduziu a seção chamada Notas e Informações. Na terceira edição foi adicionada a seção denominada

Bibliografia Pedagógica, mas que não foi regular durante as edições da revista. No ano de 1936, surgiram novas seções: Rádio e Cinema Escolar, Seção Literária, Escotismo e Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (relacionada à educação rural).

Para esclarecer os objetivos da reforma educacional no Espírito Santo por meio da *Revista de Educação*, os artigos foram organizados em categorias temáticas: Didática (práticas, métodos de ensino e modelos de planos de aulas), Educação Física (com enfoque militarista e higienista), Educação Rural (formação e clubes agrícolas), Escolas (prédios escolares), Estatística Escolar (dados e análise educacional), História (da educação e do estado), Linguística (língua portuguesa e regionalismos), Material Didático (livros e revistas escolares), Práticas Auxiliares ao Ensino (atividades como escotismo e cinema escolar), Psicologia (educacional e diretrizes pedagógicas), Política Educacional (planos e iniciativas governamentais), Pedagogia (fundamentação teórica), Saúde (higiene e prevenção nas escolas), SCEC (serviços culturais e bibliotecas) e Variedades (contos, poemas, biografias e eventos). Essas categorias refletem o amplo espectro e as metas do projeto reformista articulado na revista.

A *Revista de Educação* desempenhou um papel estratégico na divulgação das iniciativas do Governo Bley. A edição inicial da *Revista de Educação* destaca os elogios às reformas educacionais promovidas pelo Governo Bley. Ribeiro (1934b), manifestou entusiasmo e confiança em relação às políticas educacionais capixabas e ao governo que as implementava: “Esta aí, neste breve relato, a situação de louvabilíssimo prosperidade do ensino no Espírito Santo. Em conclusão, não hesitamos em inclui-lo no ról dos bons paradigmas do movimento educacional, no Brasil” (Ribeiro, 1934b, p. 3).

Os artigos introdutórios, na maioria redigidos por Claudionor Ribeiro, iniciavam a leitura da revista inculcando no leitor que a reforma educacional do Governo Bley estava fazendo com que o Espírito Santo se destacasse tanto quanto São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Brasília, com relação à modernização do campo da educação. Assim, os demais artigos ao longo da revista, principalmente os que tinham como temas as Práticas Auxiliares ao Ensino – organizações instituídas pela reforma da educação – poderiam ser lidos com a certeza de que traziam o que era de mais atual e legítimo no debate educacional.

A *Revista de Educação* apresentava avaliação positiva constante da política educacional

no Espírito Santo, especialmente destacando as iniciativas do governo de João Punaro Bley. O tema Didática teve destaque, acompanhado pelos temas relacionados a práticas para enriquecer o currículo escolar. A propaganda das reformas de Bley também aparecia nos artigos sobre Política Educacional e em temas como Práticas Auxiliares, Educação Física, Saúde e Educação Rural, refletindo as prioridades da reforma. Assim, a revista consolidou Punaro Bley como o principal agente da renovação educacional no estado.

Dessa forma, este impresso educacional capixaba estabeleceu-se como uma ferramenta estratégica para a difusão das reformas educacionais conduzidas no Espírito Santo sob o governo de João Punaro Bley. Por meio de seus artigos introdutórios, majoritariamente redigidos por Claudionor Ribeiro, e da organização temática dos textos, a publicação cumpriu não apenas uma função pedagógica, mas também política. O conteúdo da revista promovia um modelo de escola alinhado aos ideais de modernização, disciplina e nacionalismo que marcaram o período.

O periódico, ainda que afirmasse ser “do professor, pelo professor e para o professor”, operava como um canal de legitimação das ações do governo estadual, construindo representações (Chartier, 1991) que visavam atribuir ao Governo Bley um lugar de vanguarda no cenário educacional brasileiro. A recorrente valorização das iniciativas do interventor nos textos, acompanhada da exaltação de suas lideranças políticas, contribuía para fixar sua imagem como o capitão da renovação educacional no estado.

Assim, a *Revista de Educação* não apenas informava ou orientava práticas docentes, mas atuava como veículo de legitimação política. Por meio da seleção de temas, da ênfase em certos discursos e da repetição de elogios ao governo, o periódico contribuiu para construir representações da reforma educacional capixaba. Com isso, favoreceu ativamente para a consolidação de uma política cultural que ultrapassava o campo da educação, produzindo um discurso de modernização e progresso vinculado diretamente à figura de Bley, e, ao mesmo tempo, silenciando críticas e ocultando as tensões e contradições que também marcaram aquele processo.

Considerações Finais

Os elementos da *Revista de Educação* indicam uma preocupação com a formação profissional dos educadores, visando garantir o desenvolvimento do Espírito Santo, como

também refletem a hierarquia dos gestores da educação espírito-santense. A revista enfatizava os problemas locais, destacando textos de autores capixabas e promovendo uma identidade do Espírito Santo através de seus atributos gráficos.

Percebe-se uma tentativa de evidenciar que o governo de Punaro Bley promovia melhorias na educação pública no Espírito Santo, acompanhando o movimento de renovação educacional nacional. A *Revista de Educação* teve papel central na política cultural desenvolvida durante o Governo Bley, funcionando como um instrumento de formação e legitimação das reformas educacionais. A publicação consolidava o discurso oficial, promovia os valores da Escola Nova e das práticas pedagógicas consideradas modernas, e reforçava a figura do interventor federal como líder da renovação escolar no Espírito Santo. Assim, a revista não apenas transmitia conteúdos pedagógicos, mas também servia como canal de poder para o Estado. A cobrança pública de adesão por parte dos professores, a culpabilização da categoria pela instabilidade do periódico e a exigência de pagamento por uma publicação destinada a profissionais mal remunerados revelam contradições internas ao projeto, que se sustentava mais na imposição do que na adesão voluntária.

As representações construídas na revista, pautadas por conceitos de modernização, progresso, disciplina e nacionalismo, orientaram seu projeto editorial, a produção dos textos e as estratégias de circulação. Essas representações buscavam fixar uma imagem positiva e homogênea da reforma da cultura, da educação e da escola, alinhadas aos interesses do grupo dirigente, ao mesmo tempo em que silenciavam críticas e ocultavam contradições do processo.

Conforme o conceito de estratégia desenvolvido por Michel de Certeau (2004), a revista foi produzida a partir de um lugar de poder institucional — o Estado — que buscava, a partir de uma posição delimitada, gerir as relações com sua exterioridade: o corpo docente, os leitores, os opositores e as críticas potenciais. Já as representações construídas em seus textos, como afirma Roger Chartier (1990, 1991, 1994), não são neutras, mas forjadas a partir dos interesses de quem ocupa posições de influência na sociedade. Assim, a revista atribuiu autoridade aos discursos que difundia não apenas por seu conteúdo, mas pela posição social dos autores destacados em seus sumários — diretores, inspetores, secretários e, acima de todos, o próprio interventor federal, João Punaro Bley.

A *Revista de Educação* pode ser entendida como um produto cultural que articulava sua

materialidade e função política à consolidação de um projeto de reforma educacional autoritário, centralizador e voltado à construção de hegemonia no campo educacional. Embora revestida de discursos de modernidade e ciência, a revista funcionava como uma ferramenta útil para a prescrição rígida de práticas pedagógicas, impondo um controle disciplinar sobre os docentes. Paralelamente, desempenhava um papel agradável ao público, ao difundir e unificar as ações de João Punaro Bley, construindo uma imagem idealizada do líder e legitimando sua autoridade, o que reforçava a dominação política sob o verniz da modernização educacional.

Referências Bibliográficas

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

BANDEIRA, Pinto J. Revista de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ed. 3041, p. 2, 11 jul. 1935.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

BARZOTTO, Valdir Heitor. 1998. **Leituras de revistas periódicas: forma, texto e discurso – um estudo sobre a revista Realidade (1966-1967)**. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da Escola Activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: Congresso Luso-brasileiro de Educação, 2, 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1998, pp. 31-39.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de. Reforma escolar, pedagogia da escola nova e usos do impresso. **Contemporaneidade e Educação**, São Paulo, ano V, n. 7, p. 71-92, [s. m.], 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de. **A constituição da “forma escolar” no Brasil: produção, circulação e apropriação de modelos pedagógicos**. 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/ehps/>. Acesso em: 7 jun. 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 2. ed. Vitória: PMV & Secretaria Municipal de Turismo, 1995.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Interventor Federal [1937-1943: Bley]. **Movimento Financeiro de 24 de outubro de 1930 a 30 de junho de 1931**: relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório da República pelo interventor federal capitão João Punaro Bley. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1931.

ESPÍRITO SANTO. Interventor Federal [1937-1943: Bley]. **Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa do Espírito Santo, na 3ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura, em 1º de julho de 1937**. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1937.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Educação Física, Educação Sanitária e Escotismo na Revista de Educação (1934-1937)**. Monografia de conclusão do curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e Agradável: a Revista de Educação (1934-1937): remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional de João Punaro Bley no Espírito Santo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação, Política, Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LAUFF, Rafaelle Flaiman; SIMÕES, Regina Helena Silva. Flutuações da galera, (im)perfeições da pedagogia e outros mapas de navegação: a formação em serviço de professores no Espírito Santo (1930-1935). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, e086, 2019.

NOTAS & Informações. A nossa capa. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 10-11, p. 59, jan.-fev. 1935.

NOVAES, Izabel Cristina. **República, Escola e cidadania: um estudo sobre três reformas**

educacionais no Espírito Santo (1882 – 1908). 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

NOVAES, Maria Anna Xavier Serra Carneiro de. **Os grupos escolares no Espírito Santo: “imagens” em circulação na revista *Vida Capichaba* (1930-1943).** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2013.

O PRIMEIRO CONGRESSO Brasileiro de Ensino Regional. **Diário da Manhã**, Vitória, ed. A02857, p. 1, 21 nov. 1934.

REVISTA de Educação. Vitória, anno 1, n. 6, s.p., set. 1934a.

REVISTA de Educação. Vitória, anno 1, n.7-8, s.p., out.-nov., 1934b.

REVISTA de Educação. Vitória, anno 1, n. 9, s.p., jun. 1934c.

REVISTA de Educação. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXVII, ed. 2725, p. 2, 12 jun. 1934d.

REVISTA de Educação. Vitória, ano 1, n. 3, s.p., jun. 1934e.

REVISTA de Educação. Vitória, ano 1, n. 3, p. 3, jun. 1934f.

REVISTA de Educação, Vitória, anno 2, n. 10-11, s.p., jan.-fev. 1935a.

REVISTA de Educação, Vitória, anno 2, n. 12, s.p., mar. 1935b.

REVISTA de Educação, Vitória, anno 2, n. 14, s.p., maio 1935c.

REVISTA de Educação, Vitória, anno 2, n. 15-16, s.p., jun.-jul 1935d.

REVISTA de Educação, Vitória, anno 2, n. 17-18-19, s.p., ago.-set.-out. 1935e.

REVISTA de Educação. **Revista de Educação**, Vitória, n. 23-24, p. 69, jul.-ago. 1936.

RIBEIRO, Claudionor. Aos professores: circular n. 3, expedida a 20 de abril transato aos professores do Estado. **Revista de Educação**, Vitória, ano 1, n. 2, p. 1, maio 1934a.

RIBEIRO, Claudionor. Breve relato do problema pedagógico no E. Santo. **Revista de Educação**, Vitória, n. 1, p. 3, abr. 1934b.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, Interesses e Poder.** Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

TABELLA de anuncios. **Revista de Educação**, Vitória, n. 10-11, p. 59, jan.-fev. 1935.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção atualidades pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

Submissão em: 28/05/2025

Aceito em: 13/10/2025

Citações e referências
conforme normas da:

